

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 25/06/2015 - Edição 1299

Campanha de Combate à Clandestinidade é lançada em Brasília



O Diretor Executivo do Departamento de Polícia Federal, Dr. Augusto Viana Galloro (centro), fez a abertura do evento. Estatuto da Segurança Privada e Lei 4238 também estiveram na pauta.

Atualmente o número de vigilantes clandestinos é de 1,5 milhão. Mais do que o dobro dos profissionais regulares, que somam 700 mil em todo o país. Os dados são da Fenavist e foram divulgados nesta quarta-feira (24), durante o lançamento da Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Segurança Clandestina, realizado em Brasília. Ação da Polícia Federal em parceria com a Fundação Brasileira

de Ciências Policiais (FBCP) e com o apoio da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), a Campanha tem como objetivo informar e alertar a população sobre os riscos envolvidos na contratação de serviços de segurança que não são oficialmente registrados.

Também foi lançada a cartilha “Como contratar segurança privada legal e qualificada”. O material

aponta quais critérios devem ser observados na hora de escolher uma empresa de segurança. A publicação também apresenta quais riscos o contratante está sujeito ao optar por uma empresa clandestina.

Segurança Clandestina: Riscos reais

Engana-se quem acredita que não há riscos quando se opta por contratar segurança clandestina. Além de não possuir treinamento



Diretores da CNTV e do Sindesv-DF participaram do evento.

adequado e, por isso, colocar em risco a própria vida e também a vida de quem deveria ser protegido, os clandestinos ainda perdem no quesito trabalhista. Por não serem devidamente registrados, enfrentam situações de ilegalidade e falta de proteção que, em alguns casos, podem até ser consideradas como sendo de trabalho escravo.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, destaca que estes vigilantes trabalham sem quaisquer tipos de proteção. “Eles não possuem proteção trabalhista, pois não possuem registro profissional; não têm proteção previdenciária ou securitária, ou seja, estão constantemente em risco e não contam com seguro de vida”, elencou.

Para diminuir este número, foi defendida a iniciativa de enquadrar a segurança clandestina como crime. “É preciso caracterizar a vigilância clandestina como milícia independentemente do nível - se for armada ou desarmada. Queremos que a Polícia Federal (PF) avance nesse sentido, responsabilizando também quem contrata, pois são tão criminosos quanto quem vende mercadoria ilegal ou contrabandeada”, afirmou.

Estatuto da Segurança Privada e Piso Nacional também foram debatidos

Além da Campanha, temas como o Estatuto da Segurança Privada e a Lei 4.238 também foram debatidos. Segundo o coordenador-geral de Estudos e Pesquisas Normativas do Ministério da Justiça, Ricardo Lobo da Luz, o Estatuto continua em fase de debate porque temas importantes ainda não estão fechados.

Em sua apresentação, Lobo destacou como uma das principais mudanças que deve constar no novo Estatuto a obrigatoriedade a instalação da porta de segurança com detector de metais nas instituições financeiras. Este é

apenas um dos itens que corrigem falhas em decorrência da defasagem da atual lei que rege o setor.

Já o Deputado Federal Major Olimpo, membro da Comissão Especial do PL 4238/2012, contrapôs dizendo que o Legislativo fará o Estatuto. “Vamos ter que promover a atualização necessária da segurança e fazer com que ela seja cumprida”, defendeu. Olimpo afirmou ainda que já foi admitido durante audiência pública, em uma tentativa de responsabilizar os trabalhadores, empresas e Febraban, que ainda não houve andamento nestes debates.

Para Boaventura “o executivo não teve coragem, não teve personalidade para fazer o debate, para concluir como deveria ser feito”. “A CNTV continuará pressionando tanto para que avance o Estatuto quanto o PL 4238. Precisamos de atualização da Lei e salários dignos para a categoria”, concluiu.

Participaram do lançamento o presidente da CNTV, José Boaventura; o secretário geral, Cláudio José; e os diretores Roberto Miguel, Edmilson Rodrigues, Moisés Alves da Consolação e Elenilde Ilorca.

Fonte: CNTV

Câmara aprova MP que mantém política de reajuste do mínimo até 2019

Mecanismo implementado em 2007 prevê aumento com base na variação do PIB e inflação. Plenário aprova também emenda que estende mesmo reajuste aos aposentados que ganham acima do mínimo



Proposta recebeu 287 votos favoráveis e 12 contrários

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (24) a Medida Provisória (MP) 672, que mantém a política de valorização do salário mínimo para o período 2016 a 2019. Foram 287 votos a favor e 12 contrários. Na semana passada, uma comissão mista do Congresso havia aprovado parecer do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que manteve o texto do Executivo e rejeitou todas as 114 emendas apresentadas.

Por 206 votos a 179, o plenário aprovou ainda emenda que estende

os aumentos do salário mínimo aos demais benefícios da Previdência Social (aposentadorias e pensões) acima desse valor. O Executivo já temia por essa aprovação, considerada mais uma derrota do Planalto, que estima que a extensão do reajuste acarrete gasto extra anual acima de R\$ 9 bilhões para a Previdência. O governo já teria alertado o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para a necessidade de evitar que essa aprovação se repita na Casa.

A MP 672, de 24 de março, prevê reajuste com base na variação

do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, acumulado nos 12 meses anteriores, incluído percentual equivalente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para 2016, por exemplo, será publicado o INPC deste ano mais a variação do PIB de 2014. Isso permite prever um aumento na faixa dos 8%, atual nível da inflação acumulada.

O aumento real (acima da inflação) será pequeno, pois o PIB variou 0,1% no ano passado. Na hipótese de um reajuste de 8%, o salário mínimo passaria dos atuais R\$ 788 para R\$ 851.

A chamada política de valorização do mínimo foi implementada em 2007, a partir de um movimento conjunto das centrais sindicais, a partir de 2004, que incluiu três marchas a Brasília.

“Esta sistemática se mostrou eficiente na recuperação do valor do salário mínimo e é reconhecida como um dos fatores mais importantes no aumento da renda da população mais pobre”, diz o Dieese.

Segundo o instituto, desde 2003 o mínimo teve reajuste acumulado de 294%, para uma inflação (INPC) de 123,17%, resultando em aumento real de 76,54% nesse período.

Fonte: Rede Brasil Atual / Redação

Frente Parlamentar contra o PL 4330 será lançada nesta quinta-feira (25) em São Paulo

A meta é mobilizar a classe trabalhadora para sensibilizar o Senado à vetar o PL



Na próxima quinta-feira (25) será lançada a Frente Parlamentar contra o Projeto de Lei (PL) 4330, atual Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, que regulamenta a terceirização em todas as atividades. Coordenada pelo Deputado Estadual de São Paulo pelo PT, Teonílio Barba, a frente tem como principal objetivo ampliar o debate sobre o projeto, mostrando os malefícios que a aprovação da terceirização na atividade-fim terá sobre o direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Será no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, entidade que lidera movimentos trabalhistas desde o fim da década de 70.

A meta principal é mobilizar a classe trabalhadora para sensibilizar o Senado a vetar o projeto de lei,

recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados em Brasília.

Apoiam a Frente Parlamentar contra o PL 4330 os deputados Adilson Rossi (PSB), Alencar Santana (PT), Ana do Camo (PT), Átila Jacomussi (PCdoB), Beth Sahão (PT), Carlos Gianazzi (PSOL), Carlos Neder (PT), Clélia Gomes (PHS), Ed Thomas (PSB), Geraldo

Cruz (PT), João Paulo Rillo (PT), Jorge Wilson (PRB), Leci Brandão (PCdoB), Luiz Carlos Gondim (SDD), Luiz Fernando (PT), Luiz Turco (PT), Marcia Lia (PT), Marcos Damasi (PR), Marcos Martins (PT), Orlando Morando (PSDB), Paulo Correa Jr. (PEN), Professor Auriel (PT), Raul Marcelo (PSOL), Ricardo Madalena (PR) e Tripoli (PV).

Histórico do projeto de terceirização

O PLC 30/2015 tem origem do PL 4330 de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel (PR-GO). Na primeira votação na Câmara dos Deputado, no último 8 de Abril, o projeto foi aprovado por 324 votos a favor, 137 contrários e 2 abstenções.

Na segunda votação já com emendas alteradas, mas mantendo a proposta de terceirização da atividade-fim, em 22 de abril, foram 230 votos favoráveis e 203 contra.

Agora o PLC 30 está no senado aguardando apreciação dos parlamentares.

Serviço:

Lançamento da Frente Parlamentar Contra o PL 4330

Data: 25 de junho, quinta-feira

Horário: 18h

Local: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Endereço: Rua João Basso, 231 - Centro - São Bernardo do Campo

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF